

Edital 9/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2024	180290-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE LIMEIRA	RICARDO LUIS DA FONSECA	04/12/2024 12:31 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.00119945 /2024-88

1. Do objeto

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2024

CONTRATANTE (UASG)

180290

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL DAS UNIDADES POLICIAIS DE LIMEIRA (1º, 2º, 3º E 4º DPS, DIG, DISE E DDM)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 525.957,84

DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 20/dezembro/2024 às 10h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE LIMEIRA

PROCESSO: DSPL 026/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

SEI Nº 058.00119945/2024-88 SIAFISIC Nº 20241164691

Torna-se público que o(a) Delegacia Seccional de Polícia de Limeira, por meio do(a) Senhor Doutor Antonio Luis Tuckumantel, RG 5.768.721 e CPF nº 715.478.948-49, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as

condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL DAS UNIDADES POLICIAIS DE LIMEIRA (1º, 2º, 3º E 4º DPs, DIG, DISE E DDM) sob o regime de empreitada por preço global conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 08 (oito) os itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. CONFORME CONSTA NA PROPOSTA, A EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM RESPECTIVA ASSINATURA DO CONTRATO SÓ OCORRERÁ "SE E APÓS" DESTINAÇÃO DA VERBA ESPECÍFICA PELA APAFO, ESTANDO CIENTES OS LICITANTES DE QUE ESTA PODERÁ ENTÃO NÃO OCORRER, NÃO GERANDO ASSIM DIREITO OU EXPECTATIVA DE DIREITO;

2. Do registro de preços

2 - DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos itens/grupos, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012 (PARECER: CJ/SSP n.º 591/2024).

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subseqüentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e total estimado dos itens

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.1.3. AO PREENCHER A PROPOSTA O LICITANTE DECLARA ESTAR CIENTE DE QUE A EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM RESPECTIVA ASSINATURA DO CONTRATO SÓ OCORRERÁ "SE E APÓS" DESTINAÇÃO DA VERBA ESPECÍFICA PELA APAFO, ESTANDO CIENTES OS LICITANTES DE QUE ESTA PODERÁ ENTÃO NÃO OCORRER, NÃO GERANDO ASSIM DIREITO OU EXPECTATIVA DE DIREITO;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de 1% entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2 (dois minutos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.8.3. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.3.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.8.4.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.8.4.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, bem como os riscos e consequências, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito de habilitação econômico-financeira de que trata o subitem anterior, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da MATRIZ.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9 - Da ata de registro de preços

Não se aplica

10. Da formação do cadastro de reserva

10. Da formação do cadastro de reserva

Não se aplica

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico no sítio <https://compras.sp.gov.br/>.

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1). Multa Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2.% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, de 1% a 15% do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 9.1.3, de 1% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita no subitem 9.1.2, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas nos subitens 9.1.4 a 9.1.6, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(7) Para infrações descritas no subitem 9.1.7, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(8) Para a infração descrita no subitem 9.1.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 9.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 9.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): <https://compras.sp.gov.br>

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet <https://compras.sp.gov.br/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 12.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://compras.sp.gov.br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.5. ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.15.6. ANEXO VI – Planilha orçamentária;

14.15.7. ANEXO VII – Atestado de Execução de Serviços;

Limeira , 06 de novembro de 2024

ANTÔNIO LUIS TUCKUMANTEL

AUTORIDADE COMPETENTE

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 12:31:46.

RICARDO LUIS DA FONSECA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 12:29:52.

Termo de Referência 26/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2024	180290-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE LIMEIRA	ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL	04/12/2024 11:08 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.00119945 /2024-88

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, a serem executados nas unidades policiais da cidade de Limeira/SP com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Delegacia Policial do 1º Distrito Policial de Limeira							
Rua da Boa Morte, 237, Centro							
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	217	R\$ 7,24	R\$ 1.571,08	R\$ 37.705,92
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	59	R\$ 3,21	R\$ 189,39	R\$ 4.545,36
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	R\$ 5,43	R\$ 396,39	R\$ 9.513,36
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	R\$ 3,62	R\$ 387,34	R\$ 9.296,16
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	R\$ 0,75	R\$ 73,50	R\$ 1.764,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	R\$ 0,68	R\$ 150,96	R\$ 3.623,04
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	R\$ 2,23	R\$ 115,96	R\$ 2.783,04
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	776			R\$ 69.570,48

		Delegacia Policial do 2º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Conego Manoel Alves, 705 Jardim Morro Azul					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	150	R\$ 7,24	R\$ 1.086,00	R\$ 26.064,00
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	15	R\$ 3,21	R\$ 48,15	R\$ 1.155,60
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	84	R\$ 5,43	R\$ 456,12	R\$ 10.946,88
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	85	R\$ 3,62	R\$ 307,70	R\$ 7.384,80
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	165	R\$ 0,75	R\$ 123,75	R\$ 2.970,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	307	R\$ 0,68	R\$ 208,76	R\$ 5.010,24
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	34	R\$ 2,23	R\$ 75,82	R\$ 1.819,68
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	806			R\$ 55.351,20

		Delegacia Policial do 3º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Major José Levy Sobrinho, 1.131, Boa Vista					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	149	R\$ 7,24	R\$ 1.078,76	R\$ 25.890,24
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	92	R\$ 3,21	R\$ 295,32	R\$ 7.087,68
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	40	R\$ 5,43	R\$ 217,20	R\$ 5.212,80
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	66	R\$ 3,62	R\$ 238,92	R\$ 5.734,08
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	663	R\$ 0,68	R\$ 450,84	R\$ 10.820,16
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	32	R\$ 2,23	R\$ 71,36	R\$ 1.712,64
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	33	R\$ 2,83	R\$ 93,39	R\$ 2.241,36
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1081			R\$ 59.976,96

		Delegacia Policial do 4º Distrito Policial de Limeira					
		Rua Luis Pântano, 456, Parque Novo Mundo					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	189	R\$ 7,24	R\$ 1.368,36	R\$ 32.840,64
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	46	R\$ 3,21	R\$ 147,66	R\$ 3.543,84
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	94	R\$ 5,43	R\$ 510,42	R\$ 12.250,08
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	34	R\$ 3,62	R\$ 123,08	R\$ 2.953,92
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	21	R\$ 2,23	R\$ 46,83	R\$ 1.123,92
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	9	R\$ 2,83	R\$ 25,47	R\$ 611,28
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	434			R\$ 54.601,68
		Delegacia de Defesa da Mulher - DDM					
		Rua Pres. Humberto Alencar Castelo Branco, 389 Jardim Mercedes					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	306	R\$ 7,24	R\$ 2.215,44	R\$ 53.170,56
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	239	R\$ 3,21	R\$ 767,19	R\$ 18.412,56
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	98	R\$ 5,43	R\$ 532,14	R\$ 12.771,36
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	145	R\$ 3,62	R\$ 524,90	R\$ 12.597,60
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	310	R\$ 0,75	R\$ 232,50	R\$ 5.580,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	35	R\$ 0,68	R\$ 23,80	R\$ 571,20
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	115	R\$ 2,23	R\$ 256,45	R\$ 6.154,80
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1133			R\$ 109.597,68

		Delegacia de Investigações Gerais - DIG e Delegacia de Investigações Sobre Entorpecente					
		Rua Maranhão, 809 Vila São Cristóvão					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	529	R\$ 7,24	R\$ 3.829,96	R\$ 91.919,04
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	318	R\$ 3,21	R\$ 1.020,78	R\$ 24.498,72
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	256	R\$ 5,43	R\$ 1.390,08	R\$ 33.361,92
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	157	R\$ 3,62	R\$ 568,34	R\$ 13.640,16
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	40	R\$ 0,75	R\$ 30,00	R\$ 720,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	60	R\$ 2,23	R\$ 133,80	R\$ 3.211,20
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	140	R\$ 2,83	R\$ 396,20	R\$ 9.508,80
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1300			R\$ 176.859,84
		Total dos Serviços - Unidades Policias de Limeira					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	1540	R\$ 7,24	R\$ 11.149,60	R\$ 267.590,40
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	769	R\$ 3,21	R\$ 2.468,49	R\$ 59.243,76
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	645	R\$ 5,43	R\$ 3.502,35	R\$ 84.056,40
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	594	R\$ 3,62	R\$ 2.150,28	R\$ 51.606,72
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	755	R\$ 0,75	R\$ 566,25	R\$ 13.590,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	1227	R\$ 0,68	R\$ 834,36	R\$ 20.024,64
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	314	R\$ 2,23	R\$ 700,22	R\$ 16.805,28
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	192	R\$ 2,83	R\$ 543,36	R\$ 13.040,64
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	5530		R\$ 21.914,91	R\$ 525.957,84

CORRESPONDÊNCIA DOS SERVIÇOS ATRIBUÍDOS AOS CÓDIGOS COMPRAS E BEC			
DESCRIÇÃO DO ITEM CONTRATADO/LICITADO, A SER CONSIDERADA PELO LICITANTE		DESCRIÇÃO NO SITE "COMPRAS", APENAS PARA FINS DE MONTAGEM DA LICITAÇÃO NO SIASNET, SENDO VÁLIDA, PORÉM, A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS AO LADO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO	
BEC	Áreas internas	Compras	Áreas internas
162736	Pisos frios	24031	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162752	Almoxarifado /galpões	24090	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Internas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162779	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	24023	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades
	Áreas externas		Áreas externas
162787	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	24104	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - Outras Necessidades.
162795	Varrição de Passeios e arruamentos.	24040	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162809	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	14044	Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual
	Vidros externos		Vidros externos
162841	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24112	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162868	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24120	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Fachadas Envidraçadas - Outras Necessidades - Outra Produtividade

VOL.03 – LIMPEZA PREDIAL

RESUMO DOS VALORES REFERENCIAIS

Serviços	Siafisico
Áreas Internas	
Pisos acarpetados	162728
Pisos frios	162736
Laboratórios	162744
Almoxarifados/galpões	162752
Oficinas	162760
Com espaços livres – saguão/hall/salão	162779
Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	218197
Áreas Externas	
Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	162787
Varrição de passeios e arruamentos	162795
Pátios e áreas verdes – alta frequência	162809
Pátios e áreas verdes – média frequência	162817
Pátios e áreas verdes – baixa frequência	162825
Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária (em ha)*	162833
Vidros Externos	
Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	162841
Frequência semestral (sem exposição à situação de risco)	162850
Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	162868
Frequência semestral (com exposição à situação de risco)	162876

* R\$/ha/mês – 1 hectare/ha equivale a 10.000 m².

** Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.

Fonte: https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Servicos_UI/Cadterc/ui_CadTercPrecosReferenciaisExterno.aspx?chave=&volume=3&Legend=1

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços **objeto desta contratação** são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados do início da vigência do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.3.1. O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que se trata de um serviço de necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa;

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

Subcontratação

1.6. *A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.*

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. Dispensada a previsão do **objeto da contratação** no Plano de Contratações Anual, nos termos do Artigo Único da Disposição Transitória do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Anexo_I_P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_RO02 (1), juntado ao processo.

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Usar produtos sanitizantes e domissanitários registrados na ANVISA e INMETRO quando necessário;

4.1.2. Fazer uso de produtos de preferência biodegradável e de embalagem reciclável;

4.1.3. Evitar desperdício de produtos químicos e água durante a prestação de serviço.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 03 (três) dias a contar da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: será feito conforme Volume 3 - Prestação de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, anexo ao ETP (Estudo Técnico Preliminar), devendo haver ao menos um funcionário diariamente em cada Unidade para tanto.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: será feito conforme Volume 3 - Prestação de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, conforme anexo, , devendo haver ao menos um funcionário diariamente em cada Unidade para tanto

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços descritos abaixo:

1º DISTRITO POLICIAL - RUA DA BOA MORTE, 237 CENTRO - LIMEIRA/SP

2º DISTRITO POLICIAL - AV. CONEGO MANOEL ALVES, 705 JARDIM MORRO AZUL - LIMEIRA/SP

3º DISTRITO POLICIAL - AV. MAJOR JOSÉ LEVY SOBRINHO, 1.131 BOA VISTA - LIMEIRA/SP

4º DISTRITO POLICIAL - RUA LUIS PÂNTANO, 456 PARQUE NOVO MUNDO - LIMEIRA/SP

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER - RUA PRES. HUMBERTO ALENCAR CASTELO BRANCO, 389 JARDIM MERCEDES - LIMEIRA/SP

DIG - DELEGACIA DE INVESTIGAÇÕES GERAIS E DISE- DELEGACIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ENTORPECENTE - RUA MARANHÃO, 809 VILA SÃO CRISTOVÃO - LIMEIRA/SP

5.3. Os serviços serão prestados todos os dias úteis entre os horários das 08:30 às 18:00hs.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas conforme em anexo, Volume 3 - Prestação de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação Predial.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais usados na limpeza, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Limpeza diária de piso das salas e áreas de atendimento ao público;

5.6.2. Limpeza diária de sanitários tanto de uso público quanto de uso de funcionários;

5.6.3. Limpeza diária da área externa das unidades policiais.

5.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.9. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.9.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário: calça, camisa e calçado adequado as normas de segurança do trabalho quanto ao serviço a ser prestado.

5.9.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#));

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §2º](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#));

6.15. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução dos serviços, através de **ATESTADO., conforme previsto no anexo VII do edital** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.16. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.18. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.19. O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.21. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.22. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.23. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei n. 14.133/2021](#). ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6](#))

6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. ([art. 47, §2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))

6.25. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante.

6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).

6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).

6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.31. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratada que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.31.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.31.1.1. **Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;**

6.31.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo contratado;

6.31.1.3. exames médicos admissionais dos empregados do contratado que prestarão os serviços; e

6.31.1.4. cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m)

6.31.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.31.2.1. **Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;**

6.31.2.2. certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal /Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.31.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.31.2.4. **Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas.**

6.31.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (artigo 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.31.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.31.3.2. cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o contratante;

6.31.3.3. cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.31.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigada por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.31.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.31.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.31.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.31.4.2. documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados

6.31.4.3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.31.4.4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.31.4.5. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.32. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam os subitens anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa à Contratada, conforme previsto no instrumento da contratação (artigo 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.33. Sempre que houver admissão de novo empregado pela contratada, os documentos correspondentes aos exigidos no primeiro mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pela Contratada de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.34. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.35. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições.

6.35.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.35.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.35.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.36. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.37. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.38. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.39. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.40. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.41. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (artigo 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.41.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.41.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas nesse subitem.

6.41.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.42. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.43. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.44. A inadimplência do Contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.45. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.46. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.48. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.49. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX)

6.50. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.51. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.52. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.53. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **ATESTADO** para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do ATESTADO não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Todos os itens previstos na limpeza foram executados com avaliação média maior ou igual 90%;

7.3.2. A limpeza está sendo feita diariamente;

7.3.3. Se a contratada tem enviado os materiais de limpeza necessários para execução do serviço.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, [de 2021](#), e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02(dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.20.1. o prazo de validade;

7.20.2. a data da emissão;

7.20.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.20.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.20.5. o valor a pagar; e

7.20.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.30.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (**nos exatos termos da minuta padrão**).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal /Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.24. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

8.25. Não há exigência de qualificação técnico-operacional para execução do serviço prestado.

Qualificação Técnico-Profissional

8.26. Não há exigência de qualificação técnico-profissional para execução do serviço prestado.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.26. Tratando-se de consórcio:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;*

8.262. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 525.957,84

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 525.957,84 conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180290;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 180201;

IV) Elemento de Despesa: 339037;

V) Plano interno: 00000000

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4 - Nos termos do PARECER: CJ/SSP n.º 591/2024, item 59, atesta-se que os responsáveis pela elaboração do TR preenchem os requisitos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 14.133/2021 e atendem a definição do artigo 2º do Decreto nº 68.185/2023.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 11:07:42.

RICARDO LUIS DA FONSECA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 11:08:59.

Estudo Técnico Preliminar 17/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00119945/2024-88

2. Descrição da necessidade

Atualmente as Unidades Policiais de Limeira estão sem limpeza, uma vez que a Delegacia Seccional de Polícia de Limeira tinha contrato em vigor com a empresa RBW DO BRASIL TERCEIRIZAÇÃO LTDA, CNPJ 04.597.690/0001-69, válido por 3 meses, que vigorou até o dia 14 de AGOSTO de 2024, podendo ser prorrogado só por mais 1 (um) mês, o que já ocorreu. Diante disso, necessita de uma nova licitação para continuar com os serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos nas referidas unidades policiais. Em situação emergencial, conforme previsto na análise de risco, foi realizado uma dispensa de licitação para contratação do serviço de limpeza da unidades policiais, que, como dito, já venceu. Além disso, estas unidades policiais não possuem servidores/funcionário na carreira de auxiliar de limpeza ou serviços gerais que possam realizar os serviços de limpeza, sendo portanto necessário a contratação de serviço de mão de obra com dedicação exclusiva para tal serviço.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Delegacia Seccional de Polícia de Limeira-UGE	Ricardo Luís da Fonseca

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Observações iniciais:

Considera-se parte essencial deste, devendo ser atentamente lido e seguido, o Estudo Técnico de Serviços Terceirizados – CADTERC do Estado de São Paulo, mais precisamente o Caderno – Vol. 03 Limpeza, Asseio e Conservação Predial, disponível em https://compras.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2024/05/Anexo_I_P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_RO02.pdf, juntado ao presente

Os serviços deverão ser executados diariamente em cada uma das Unidades em horários que não interfiram nas atividades normais do Contratante, respeitando a jornada de 44 horas semanais, visto que os horários de funcionamento das unidades policiais são de 08:30hs até às 18:00hs de segunda a sexta-feira.

Considera-se limpeza como a “remoção de qualquer corpo indesejável, visível ou não, de uma superfície, sem alteração das características originais do item que está sendo limpo, e onde o processo utilizado não seja nocivo ao meio ambiente”.

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Principais características acerca da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial no Estado de São Paulo:

Quadro 1: Características da Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial a partir dos componentes envolvidos

Limpeza de Áreas Internas	Limpeza de Áreas Externas	Limpeza de Vidros Externos
Pisos acarpetados	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	Vidros externos (com e sem exposição à situação de risco) – frequência semestral ou trimestral
Pisos frios	Varrição de passeios e arruamentos	
Laboratórios	Pátios e áreas verdes – baixa, média e alta frequência	
Almoxarifados/galpões	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária	
Oficinas		
Saguão, hall e salão		
Sanitários		

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.

1.1. Áreas Internas – Pisos Frios

São consideradas como áreas internas – pisos frios – aquelas constituídas ou revestidas de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, e madeira, incluindo os sanitários.

1.1.2. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme o quadro a seguir:

Quadro: Rotina e frequência de limpeza – pisos frios (continua)

Frequência	Etapas e atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none">■ Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e de outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;■ Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;■ Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;■ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;■ Remover o pó de mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris e caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:

1.2 Áreas Internas com Espaços Livres – Saguão, Hall e Salão / Almoxarifado e Galpões

São consideradas como áreas internas aquelas com espaços livres como saguão, hall e salão, revestidas com pisos frios ou acarpetados. Já os Almoxarifado/Galpões são áreas utilizadas para depósito, estoque ou guarda de materiais diversos.

1.2.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir:

Quadro: Rotina e frequência de limpeza – saguão, hall e salão e Almoxarifado e Galpões

Frequência	Etapas e atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none"> ■ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; ■ Remover o pó dos peitoris e caixilhos das janelas, bem como de bancos, cadeiras e demais móveis existentes, incluindo telefones, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de: <ul style="list-style-type: none"> • Evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e • Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. ■ Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; ■ Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira; ■ Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares; ■ Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
Semanal	<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpar portas, barras e batentes com produto adequado; ■ Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado; ■ Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; ■ Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos alergênicos, usando apenas pano úmido; ■ Encerar/lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares; ■ Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;

Mensal	<ul style="list-style-type: none"> ■ Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores; ■ Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03.

1.2.2 Consideração Final

Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

1.3. Áreas Externas – Varrição de Passeios e Arruamentos

São consideradas como áreas externas – varrição de passeios e arruamentos áreas destinadas a estacionamentos (inclusive garagens cobertas), passeios, alamedas, arruamentos e demais áreas circunscritas nas dependências do Contratante.

1.3.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir:

Quadro: Rotina e frequência de limpeza – varrição de passeios e arruamentos

Frequência	Etapas e atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none"> ■ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; ■ Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; ■ Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
Semanal	<ul style="list-style-type: none"> ■ Executar serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none"> ■ Executar serviços considerados necessários à frequência mensal.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03.

1.3.2. Utilização da Água

- a. A limpeza de passeios somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de baldes, panos molhados ou escovão, sendo expressamente vedada a lavagem com água potável, exceto em casos em que se confirme a presença de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde;
- b. Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

1.3.3. Consideração Final

Os trapos e as estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

1.4. Áreas Externas – Pátios e Áreas Verdes – Alta Frequência (Uma Vez por Semana)

São consideradas como áreas externas – pátios e áreas verdes – alta frequência aquelas externas, presentes nas dependências do Contratante e que necessitam de limpeza semanal.

1.4.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir:

Quadro: Rotina e frequência de limpeza – pátios e áreas verdes – alta frequência

Frequência	Etapas e atividades
Semanal	<ul style="list-style-type: none"> ■ Retirar os detritos dos cestos, removendo-os para local indicado pelo Contratante; ■ Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; ■ Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03.

1.4.2. Utilização de Água

- a. A limpeza de pátios somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos, sendo expressamente vedada a lavagem com água potável, exceto em casos em que se confirme a presença de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde;
- b. Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou outras fontes (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

1.5. Vidros Externos – Frequência Trimestral e Semestral – Com ou Sem Exposição à Situação de Risco

São considerados como vidros externos aqueles localizados nas fachadas das edificações. Os vidros externos são compostos por face interna e face externa. A quantificação da área dos vidros externos deverá se referir somente a uma de suas faces.

1.5.1. Descrição dos Serviços

Os serviços serão executados pela Contratada conforme o quadro a seguir. Ressalta-se que a limpeza da face externa dos vidros externos pode ser realizada tanto trimestralmente quanto semestralmente.

Quadro: Rotina e frequência de limpeza – vidros externos – trimestral e semestral – com ou sem exposição à situação de risco

Etapas, Atividades e Frequências de Limpeza dos Vidros Externos	
Face Externa – Frequência Trimestral	
Quinzenal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.
Face Externa – Frequência Semestral	
Quinzenal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.
Semestral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03.

1.6. Áreas Internas – Sanitários de Uso Público ou Coletivo de Grande Circulação

São consideradas as atividades de limpeza e higienização realizadas de forma permanente e efetiva em instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação em locais de âmbito interno.

1.6.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir:

Quadro: Rotina e frequência de limpeza – sanitários de uso público ou coletivo

Frequência	Etapas e atividades
Diária	<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso; ■ Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso; ■ Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários; ■ Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; ■ Remover o pó de mesas, armários, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como de móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de: <ul style="list-style-type: none"> • Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e • Evitar fazer a limpeza de partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. ■ Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; ■ Remover manchas; ■ Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares; ■ Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
Semanal	<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpar azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização; ■ Limpar atrás dos móveis e armários; ■ Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado; ■ Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; ■ Encerar/lustrar os pisos paviflex, plurigoma e similares; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
Mensal	<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; ■ Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e

	<ul style="list-style-type: none"> ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores; ■ Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e ■ Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03.

2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais, utensílios, e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços de limpeza das áreas envolvidas, bem como das obrigações constantes na minuta de termo de contrato, obriga-se a:

2.1. Obrigações e Responsabilidades Genéricas

2.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

2.1.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

2.1.3. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.

2.1.4. Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.

2.1.5. Disponibilizar o número necessário de empregados para a prestação dos serviços, devidamente registrados em suas carteiras de trabalho.

2.1.6. No início de cada mês, fornecer ao Contratante todo o material de limpeza (saneantes domissanitários e produtos químicos) a ser utilizado na execução do serviço de limpeza no período, em quantidade e qualidade adequadas para a aprovação pela fiscalização do contrato.

2.1.7. Cabe à Contratada completar ou substituir o material considerado inadequado pelo Contratante, no prazo de 24 horas.

2.1.8. Respeitar a legislação vigente para o transporte, manuseio e armazenagem dos saneantes domissanitários e dos produtos químicos.

2.1.9. Manter os empregados que executarão o serviço devidamente uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

2.1.10. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.

2.1.11. Identificar todos os equipamentos, ferramentais e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.

2.1.12. Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, fornecendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas.

2.1.13. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Esses encarregados terão a obrigação de se reportarem, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes.

2.1.14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito.

2.1.15. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

2.1.16. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante.

2.1.17. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

2.1.18. Prestar os serviços dentro de parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os saneantes domissanitários e materiais, incluindo sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

2.1.19. A Contratada deverá distribuir nos sanitários papel higiênico, sabonete e papel toalha, de forma a garantir a manutenção de seu abastecimento.

2.1.20. Observar conduta adequada na utilização dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, objetivando a correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços.

2.1.21. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários nas áreas de escopo dos trabalhos, quer seja em qualidade, quantidade ou destinação, atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

2.1.22. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante.

2.1.23. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não seja mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações do Contratante.

2.1.24. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

2.1.25. Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale-refeição aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;

2.1.26. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;

2.1.27. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do Contratante, obtendo a produtividade adequada aos vários tipos de trabalho. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental.

2.2. Obrigações e Responsabilidades Específicas – Boas Práticas Ambientais

a) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como redução de produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes;

b) Receber do Contratante informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactam o meio ambiente;

c) Responsabilizar-se pelo preenchimento do Formulário de Ocorrências para Manutenção por seu encarregado, disponível no Anexo VII.2 deste Edital, que poderá ser fornecido pelo Contratante;

d) Quando houver ocorrências, o encarregado deverá entregar ao Contratante o Formulário de Ocorrências para Manutenção devidamente preenchido e assinado.

e) Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas:

- Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e em chuveiros;
- Saboneteiras e toalheiros quebrados;
- Lâmpadas queimadas ou piscando;
- Tomadas e espelhos soltos;
- Fios desencapados;
- Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; e
- Carpete solto.

2.2.1 Uso Racional da Água

a) A Contratada deverá capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Essa capacitação poderá ser feita por meio do material oferecido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) sobre o uso racional da água, disponível em seu site. Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores;

b) A Contratada deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Estadual n.º 48.138, de 07 de outubro de 2003;

- c) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, devendo os encarregados atuarem como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Contratada;
- d) Como exemplo: sempre que possível usar a vassoura, e não a mangueira, para limpar áreas externas. Se houver uma sujeira localizada, usar a técnica do pano umedecido.
- e) Sempre que adequado e necessário, a Contratada deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pelo Contratante, ponderando as vantagens e as desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, adotar as de pressão com vazão máxima de 360 (trezentos e sessenta) litros/hora;
- f) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

2.2.2. Uso Racional de Energia Elétrica

- a) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;
- b) Durante a limpeza noturna, quando permitido, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas;
- c) Comunicar ao Contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias, e mau funcionamento de instalações energizadas;
- d) Sugerir ao Contratante ou diretamente à CIRE (Comissão Interna de Racionalização do Uso de Energia) locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outros;
- e) Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não estão impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente;
- f) Verificar as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, entre outros, e se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, o sistema de proteção elétrica;
- g) Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas em seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes de aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;
- h) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo Contratante.

2.2.3. Redução de Produção de Resíduos Sólidos

- a) Separar e entregar ao Contratante pilhas e baterias para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos. Alternativamente, poderão ser entregues aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica

autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores. Assim, estes adotarão, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses materiais. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA n.º 401, de 5 de novembro de 2008.

b) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral;

c) Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final e ambientalmente adequada, tendo em vista que estes constituem passivo ambiental, que resulta sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA n.º 416, de 30 de setembro de 2009, bem como à Instrução Normativa do IBAMA n.º 01, de 18 de março de 2010;

d) Quando implantado pelo Contratante Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá observar as seguintes regras:

■ MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS

Materiais denominados “rejeitos”, para os quais ainda não são aplicadas técnicas de reaproveitamento. Dentre eles: banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros como cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, toco de cigarro, cinza e ciscos (que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos, cristais, pilhas (acondicionadas em separado e enviadas ao fabricante).

■ MATERIAIS RECICLÁVEIS

Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores (VERDE para vidro, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico, AZUL para papel, e BRANCO para lixo não reciclável).

e) Quando implantadas operações de compostagem ou fabricação de adubo orgânico pelo Contratante, a Contratada deverá separar os resíduos orgânicos da varrição de parques (folhas, gravetos, etc.) e encaminhá-los posteriormente para as referidas operações, de modo a evitar sua disposição em aterro sanitário;

f) Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados à sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como à redução da destinação de resíduos sólidos;

g) Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de responsabilidade da Contratada, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos;

h) Observar, quando pertinente, as disposições da Lei Municipal de São Paulo n.º 14.973/2009 e o Decreto n.º 51.907/2010, quanto à organização de sistemas de coleta seletiva nos grandes

geradores de resíduos sólidos, bem como o recolhimento periódico dos resíduos coletados e o envio destes para locais adequados, que garantam o seu bom aproveitamento, ou seja, a reciclagem.

2.2.4. Saneantes Domissanitários

- a) Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;
- b) Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, ser livre de corantes e ter redução drástica de hipoclorito de sódio;
- c) Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;
- d) Observar rigorosamente, quando da aplicação ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento às prescrições do artigo 44 da Lei Federal n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, e do artigo 67 do Decreto Federal n.º 8.077, de 14 de agosto de 2013, as prescrições da Resolução ANVISA n.º 40, de 5 de junho de 2008, cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante são os Anexos da referida Resolução: ANEXO I - Tipos/Categorias de produtos de limpeza e afins e ANEXO II – Rotulagem para produtos de limpeza e afins;
- e) Fornecer saneantes domissanitários devidamente notificados ou registrados no órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde, em conformidade com o Decreto Federal n.º 8.077 de 13 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei Federal n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976;
- f) Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme Resolução RDC n.º 34, de 16 de agosto 2010 e os anexos 4 e 5 da Portaria 321/MS/SNVS, de 08 de agosto de 1997, assim como o artigo 4 da Lei Federal n.º 13.236, de 29 de dezembro de 2015;
- g) Em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, deve-se aplicar somente saneantes domissanitários cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição, sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução n.º 180, de 03 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários:
 - Considera-se biodegradável a substância tensoativa suscetível de decomposição e biodegradação por micro-organismos, com grau de biodegradabilidade mínimo de 90%. Fica definido como referência de biodegradabilidade, para esta finalidade específica, o n-dodecilbenzeno sulfonato de sódio. A verificação da biodegradabilidade será realizada pela análise da substância tensoativa aniônica utilizada na formulação do saneante ou no produto acabado;
 - O Contratante poderá coletar uma vez por mês, e sempre que julgar necessário, amostras de saneantes domissanitários, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para análises laboratoriais; e

- Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela Secretaria de Vigilância Sanitária. Deverão constar obrigatoriamente no laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada.

h) Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC n.º 46, de 20 de fevereiro de 2002, que aprova o regulamento técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro;

i) Fica terminantemente proibido, sob qualquer hipótese na prestação de serviços de limpeza e higienização predial, o fornecimento, a utilização e aplicação de saneantes domissanitários ou produtos químicos que contenham ou apresentem em sua composição:

- Corantes – relacionados no Anexo I da Portaria n.º 9 MS/SNVS, de 10 de abril de 1987;
- Saneantes Domissanitários de Risco I – listados pelo art. 5.º da Resolução n.º 336, de 30 de julho de 1999 e em conformidade com a Resolução ANVISA RE n.º 913, de 25 de junho de 2001;
- Saneantes Domissanitários fortemente alcalinos – apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos desengordurantes, conforme Resolução RDC n.º 32, de 27 de junho de 2013;
- Benzeno – conforme Resolução RDC n.º 252, de 16 de setembro de 2003, e recomendações dispostas na Lei Federal n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, pelo Decreto Federal n.º 8.077, de 14 de agosto de 2013 e pela Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, uma vez que de acordo com estudos da IARC (*International Agency Research on Cancer*), agência de pesquisa referenciada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), a substância benzeno foi categorizada como cancerígena para humanos;
- Inseticidas e raticidas – nos termos da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Saúde n.º 01, de 04 de abril de 1979.

j) Os produtos químicos relacionados pela Contratada, de acordo com sua classificação de risco, composição, fabricante e utilização, deverão ter notificação ou registro deferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, conforme Resolução RDC n.º 59, de 22 de dezembro de 2010. A consulta aos saneantes notificados e registrados está disponível na seção de Consulta ao Banco de Dados, no site da ANVISA: (<http://www.anvisa.gov.br/saneantes/banco.htm>).

k) Recomenda-se que a Contratada utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato;

l) Apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções, com possíveis intercorrências que possam surgir com profissionais da Contratada ou com terceiros.

2.2.5. Poluição Sonora

a) Para os equipamentos de limpeza que geram ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB(A) –, conforme Resolução CONAMA n.º 020, de 07 de dezembro de 1994, em

face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O Contratante responsabiliza-se por:

- 3.1 Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;
- 3.2 Indicar as instalações sanitárias;
- 3.3 Indicar os vestiários com armários guarda-roupas;
- 3.4 Destinar local para guarda de saneantes domissanitários, materiais e equipamentos;
- 3.5 Fornecer papel higiênico, sabonete e papel toalha para a respectiva distribuição nos sanitários existentes nos locais de prestação de serviços;
- 3.6 Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;
- 3.7 Indicar formalmente o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- 3.8 Fornecer à Contratada, se solicitado, o Formulário de Ocorrências para Manutenção (Anexo VII.2 deste Edital);
- 3.9 Receber da Contratada as comunicações registradas nos Formulários de Ocorrências, devidamente preenchidos e assinados, encaminhando-os aos setores competentes para as providências cabíveis;
- 3.10 Disponibilizar os programas de redução de energia elétrica, uso racional de água e, caso já implantado, o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, bem como os recipientes coletores adequados para a coleta seletiva de materiais secos recicláveis, seguindo a padronização internacional para a identificação, por cores;
- 3.11 Elaborar e distribuir manuais de procedimentos para ocorrências relativos ao descarte de materiais potencialmente poluidores, a serem observados tanto pelo gestor do contrato como pela Contratada;
- 3.12 Receber os descartes, encontrados pela Contratada durante a execução dos serviços, de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, responsabilizando-se pela entrega aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para o tratamento ou destinação final;
 - 3.12.1. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral;
 - 3.12.2. Receber os pneumáticos inservíveis, abandonados ou dispostos inadequadamente e encontrados pela Contratada durante a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo encaminhamento aos fabricantes para a devida destinação final.

3.13 Expedir a Autorização de Serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de início da execução deles;

3.14 Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas aplicando-se os devidos fatores de desconto, conforme relatório de avaliação da qualidade dos serviços prestados.

5. Levantamento de Mercado

Solução 1: Aquisição de serviço de limpeza e higienização com fornecimento de materiais incluso.

Descrição: Este tipo de aquisição engloba juntamente com a mão de obra contratada, **prestada diariamente em cada unidade policial**, os materiais inerentes a execução dos serviços fornecidos pela própria contratante, tendo estes itens já embutidos no valor global a ser contratado. O modelo é utilizado por outros órgãos, inclusive é o atual modelo utilizado por esta Delegacia Seccional de Polícia de Limeira em contratos de prestação de serviço de limpeza já firmados. Nesta situação a quantidade e a frequência da entrega de produtos sanitizantes e domissanitários fica a cargo da contratada conforme a necessidade de cada unidade policial.

Solução 2: Aquisição de serviço de limpeza e higienização, sem a inclusão de materiais.

Descrição: Nesta modalidade para aquisição dos materiais de consumo de limpeza teríamos que realizar uma segunda licitação, exclusivamente para aquisição de materiais de limpeza, o que seria economicamente inviável, já que isso pode gerar riscos como atrasos de entregas, falta de produtos de limpeza ou algum item pode ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento, além de aumentar o volume de itens no almoxarifado para controle de estoque.

Solução 3: Contratação de serviços de limpeza e higienização, com fornecimento de materiais, porém a solicitação de materiais é feita conforme a demanda.

Descrição: Neste modelo de contratação, realiza-se a aquisição do serviço juntamente com os materiais, porém deve-se realizar os controles dos materiais fornecidos pela empresa contratada, solicitando que a empresa ao final do mês fature somente o valor efetivamente utilizado, porém o número de servidores está bem escasso e portanto não teria condições de controlar o uso dos materiais usados pela contratada.

Diante do exposto, torna-se mais viável a aquisição de serviço de limpeza e higienização com fornecimento de materiais inclusos (Solução 1) visto que não foi observado desperdícios e além disso, é notado que geralmente as empresas contratadas possuem experiência no ramo de limpeza e conhecimento mais aprofundado nos materiais de limpeza a serem utilizados.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação dos serviços de asseio, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários a realização dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade estimada dos serviços a serem contratados encontram-se na tabela abaixo, baseada no documento de formalização da demanda apresentado pelo setor requisitante deste processo.

		Total da Área dos Serviços de Limpeza Predial - Unidades Policiais de Limeira								
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA DE CADA DISTRITO POLICIAL (m²)						
Compras	BEC		Áreas internas	1º DP	2º DP	3º DP	4º DP	DIG/DI SE	DDM	TOTAL
24031	162736	1	Pisos frios	217	150	149	189	529	306	1540
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	59	15	92	46	318	239	769
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	84	40	94	256	98	645
			Áreas externas							
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	85	66	34	157	145	594
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	165	71	71	40	310	755
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	307	663	0	0	35	1227
			Vidros externos							
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	34	32	21	60	115	314
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	0	33	9	140	5	192

A seguir, estimativas por Unidade Policial e endereços:

		Delegacia Policial do 1º Distrito Policial de Limeira					
		Rua da Boa Morte, 237, Centro					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	217	R\$ 7,24	R\$ 1.571,08	R\$ 37.705,92
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	59	R\$ 3,21	R\$ 189,39	R\$ 4.545,36
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	R\$ 5,43	R\$ 396,39	R\$ 9.513,36
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	R\$ 3,62	R\$ 387,34	R\$ 9.296,16
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	R\$ 0,75	R\$ 73,50	R\$ 1.764,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	R\$ 0,68	R\$ 150,96	R\$ 3.623,04
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	R\$ 2,23	R\$ 115,96	R\$ 2.783,04
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	776			R\$ 69.570,48

		Delegacia Policial do 2º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Conego Manoel Alves, 705 Jardim Morro Azul					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	150	R\$ 7,24	R\$ 1.086,00	R\$ 26.064,00
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	15	R\$ 3,21	R\$ 48,15	R\$ 1.155,60
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	84	R\$ 5,43	R\$ 456,12	R\$ 10.946,88
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	85	R\$ 3,62	R\$ 307,70	R\$ 7.384,80
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	165	R\$ 0,75	R\$ 123,75	R\$ 2.970,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	307	R\$ 0,68	R\$ 208,76	R\$ 5.010,24
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	34	R\$ 2,23	R\$ 75,82	R\$ 1.819,68
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	806			R\$ 55.351,20

		Delegacia Policial do 3º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Major José Levy Sobrinho, 1.131, Boa Vista					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	149	R\$ 7,24	R\$ 1.078,76	R\$ 25.890,24
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	92	R\$ 3,21	R\$ 295,32	R\$ 7.087,68
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	40	R\$ 5,43	R\$ 217,20	R\$ 5.212,80
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	66	R\$ 3,62	R\$ 238,92	R\$ 5.734,08
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	663	R\$ 0,68	R\$ 450,84	R\$ 10.820,16
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	32	R\$ 2,23	R\$ 71,36	R\$ 1.712,64
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	33	R\$ 2,83	R\$ 93,39	R\$ 2.241,36
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1081			R\$ 59.976,96

Delegacia Policial do 4º Distrito Policial de Limeira							
Rua Luis Pântano, 456, Parque Novo Mundo							
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	189	R\$ 7,24	R\$ 1.368,36	R\$ 32.840,64
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	46	R\$ 3,21	R\$ 147,66	R\$ 3.543,84
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	94	R\$ 5,43	R\$ 510,42	R\$ 12.250,08
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	34	R\$ 3,62	R\$ 123,08	R\$ 2.953,92
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	21	R\$ 2,23	R\$ 46,83	R\$ 1.123,92
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	9	R\$ 2,83	R\$ 25,47	R\$ 611,28
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	434			R\$ 54.601,68

Delegacia de Defesa da Mulher - DDM							
Rua Pres. Humberto Alencar Castelo Branco, 389 Jardim Mercedes							
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	306	R\$ 7,24	R\$ 2.215,44	R\$ 53.170,56
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	239	R\$ 3,21	R\$ 767,19	R\$ 18.412,56
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	98	R\$ 5,43	R\$ 532,14	R\$ 12.771,36
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	145	R\$ 3,62	R\$ 524,90	R\$ 12.597,60
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	310	R\$ 0,75	R\$ 232,50	R\$ 5.580,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	35	R\$ 0,68	R\$ 23,80	R\$ 571,20
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	115	R\$ 2,23	R\$ 256,45	R\$ 6.154,80
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1133			R\$ 109.597,68

		Delegacia de Investigações Gerais - DIG e Delegacia de Investigações Sobre Entorpecente					
		Rua Maranhão, 809 Vila São Cristóvão					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	529	R\$ 7,24	R\$ 3.829,96	R\$ 91.919,04
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	318	R\$ 3,21	R\$ 1.020,78	R\$ 24.498,72
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	256	R\$ 5,43	R\$ 1.390,08	R\$ 33.361,92
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	157	R\$ 3,62	R\$ 568,34	R\$ 13.640,16
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	40	R\$ 0,75	R\$ 30,00	R\$ 720,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	60	R\$ 2,23	R\$ 133,80	R\$ 3.211,20
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	140	R\$ 2,83	R\$ 396,20	R\$ 9.508,80
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1300			R\$ 176.859,84

		Total dos Serviços - Unidades Policias de Limeira					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	1540	R\$ 7,24	R\$ 11.149,60	R\$ 267.590,40
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	769	R\$ 3,21	R\$ 2.468,49	R\$ 59.243,76
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	645	R\$ 5,43	R\$ 3.502,35	R\$ 84.056,40
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	594	R\$ 3,62	R\$ 2.150,28	R\$ 51.606,72
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	755	R\$ 0,75	R\$ 566,25	R\$ 13.590,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	1227	R\$ 0,68	R\$ 834,36	R\$ 20.024,64
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	314	R\$ 2,23	R\$ 700,22	R\$ 16.805,28
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	192	R\$ 2,83	R\$ 543,36	R\$ 13.040,64
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	5530		R\$ 21.914,91	R\$ 525.957,84

CORRESPONDÊNCIA DOS SERVIÇOS ATRIBUÍDOS AOS CÓDIGOS COMPRAS E BEC			
DESCRIÇÃO DO ITEM CONTRATADO/LICITADO, A SER CONSIDERADA PELO LICITANTE		DESCRIÇÃO NO SITE "COMPRAS", APENAS PARA FINS DE MONTAGEM DA LICITAÇÃO NO SIASNET, SENDO VÁLIDA, PORÉM, A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS AO LADO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO	
BEC	Áreas internas	Compras	Áreas internas
162736	Pisos frios	24031	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162752	Almoxarifado /galpões	24090	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Internas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162779	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	24023	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades
	Áreas externas		Áreas externas
162787	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	24104	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - Outras Necessidades.
162795	Varrição de Passeios e arruamentos.	24040	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162809	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	14044	Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual
	Vidros externos		Vidros externos
162841	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24112	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162868	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24120	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Fachadas Envidraçadas - Outras Necessidades - Outra Produtividade

Não é o caso de uso do apêndice 2 - Delegacias Participativas, eis que não são Unidades Policiais destinadas a plantão (fecham sábados, domingos e feriados). Além disso, tal apêndice prevê apenas limpeza de pisos acarpetados, pisos frios, espaços livres/saguão/hall/salão e sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação, não atendendo, portando, a todas nossas necessidades ;

Também não é o caso de uso do apêndice 4 - Pequenas áreas (até 750 m2), pois, ainda que se considerada cada unidade individualmente, apenas uma delas é menor;

Além disso, o pregão será realizado em um único grupo dividido em itens, de forma que a mesma empresa será responsável pela limpeza de todas as Unidades Policiais e os preços de cada item será válido para todos os prédios, representando, na prática, a uma área de 5.530 m2 a ser limpa.

Pelo exposto, foi utilizada a tabela de fls. 77 para obtenção dos valores referenciais, eis não estarem restritos a metragem do local onde os serviços serão executados

nem ao regime de plantão, já que tais delegacias não abrem aos sábados, domingos e feriados, eis ser a única opção restante possível e que continha todos os itens necessários.

Além disso foi considerada esta tabela referente a participação ampla face ao disposto no Acórdão TCU 1932, de 2016, valendo ressaltar que a mesma não traz nenhum prejuízo à administração pois seu valor é menor que os autorizados a serem praticados nos apêndices citados.

São todos preços CADTERC e obedecem ao artigo 8º do Decreto Estadual 67.888 /2023

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 525.957,84

Foram obtidos dois orçamentos de empresas do ramo, todavia, para fins de estimativa de preço, será considerado o referencial CADTERC, nos termos do Artigo 8º do DECRETO Nº 67.888, DE 17 DE AGOSTO DE 2023: "A contratação de serviços terceirizados utilizará os valores dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados - CADTERC, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cadterc.sp.gov.br>".

Destacamos ainda que, S.M.J.:

1 - Não é o caso de uso do apêndice 2 - Delegacias Participativas, eis que as delegacias acima não são Unidades Policiais destinadas a plantão (fecham sábados, domingos e feriados). Além disso, tal apêndice prevê apenas limpeza de pisos acarpetados, pisos frios, espaços livres /saguão/hall/salão e sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação, não atendendo, portando, a todas nossas necessidades;

2 - Também não é o caso de uso do apêndice 4 - Pequenas áreas (até 750 m2), pois apenas uma delas é menor, ainda que se considerarmos cada unidade individualmente;

- 3 - Além disso, o pregão será realizado em um único grupo dividido em itens, de forma que a mesma empresa será responsável pela limpeza de todas as Unidades Policiais e os preços de cada item será válido para todos os prédios, representando, na prática, a uma área de 5.530 m2 a ser limpa;
- 4 - Pelo exposto, foi utilizada a tabela de fls. 77 para obtenção dos valores referenciais, eis não estarem restritos a metragem do local onde os serviços serão executados nem ao regime de plantão, já que tais delegacias não abrem aos sábados, domingos e feriados, eis ser a única opção restante possível e que continha todos os itens necessários;
- 5 - Além disso foi considerada esta tabela referente a participação ampla face ao disposto no Acórdão TCU 1932, de 2016, valendo ressaltar que a mesma não traz nenhum prejuízo à administração pois seu valor é menor que os autorizados a serem praticados nos apêndices citados;
- 6 - São todos preços CADTERC e obdecem ao artigo 8o do Decreto Estadual 67.888/2023

Os valores estimados tem como referenciais o Caderno CADTERC – Vol. 03 Limpeza, Asseio e Conservação Predial considerando a possibilidade de participação ampla, uma vez que quando o valor estimado supera R\$ 80.000,00 no mesmo exercício financeiro, o que é o caso, a contratação não pode ser destinada com exclusividade a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (Acórdão TCU nº 1.932, de 2016) - https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Anexo_I_P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_RO02.pdf e estão demonstrados nos quadros abaixo:

Total da Área dos Serviços de Limpeza Predial - Unidades Policiais de Limeira											PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA DE CADA DISTRITO POLICIAL (m²)							ORÇAMENTO RBW DO BRASIL		ORÇAMENTO AYMORÉ		VALOR CADTERC		
Compras	BEC		Áreas internas	1º DP	2º DP	3º DP	4º DP	DIG/DI SE	DDM	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	MÉDIA
24031	162736	1	Pisos frios	217	150	149	189	529	306	1540	R\$ 10,04	R\$ 15.461,60	R\$ 3,33	R\$ 5.128,20	R\$ 7,24	R\$ 11.149,60	R\$ 6,87
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	59	15	92	46	318	239	769	R\$ 4,46	R\$ 3.429,74	R\$ 1,95	R\$ 1.499,55	R\$ 3,21	R\$ 2.468,49	R\$ 3,21
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	84	40	94	256	98	645	R\$ 7,53	R\$ 4.856,85	R\$ 3,15	R\$ 2.031,75	R\$ 5,43	R\$ 3.502,35	R\$ 5,37
			Áreas externas														
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	85	66	34	157	145	594	R\$ 5,02	R\$ 2.981,88	R\$ 2,96	R\$ 1.758,24	R\$ 3,62	R\$ 2.150,28	R\$ 3,87
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	165	71	71	40	310	755	R\$ 1,06	R\$ 800,30	R\$ 0,65	R\$ 490,75	R\$ 0,75	R\$ 566,25	R\$ 0,82
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	307	663	0	0	35	1227	R\$ 0,96	R\$ 1.177,92	R\$ 0,55	R\$ 674,85	R\$ 0,68	R\$ 834,36	R\$ 0,73
			Vidros externos														
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	34	32	21	60	115	314	R\$ 3,14	R\$ 985,96	R\$ 1,05	R\$ 329,70	R\$ 2,23	R\$ 700,22	R\$ 2,14
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	0	33	9	140	5	192	R\$ 4,01	R\$ 769,92	R\$ 2,11	R\$ 405,12	R\$ 2,83	R\$ 543,36	R\$ 2,98
TOTAL											R\$ 30.464,17		R\$ 12.318,16		R\$ 21.914,91		
MÉDIA MENSAL (RBW/AYMORÉ/CADTERC)											R\$ 21.565,75						
MÉDIA ANUAL											R\$ 258.788,96						

TOTAL DO CONTRATO RBW											R\$ 731.140,08	
TOTAL DO CONTRATO AYMORÉ											R\$ 295.635,84	
TOTAL DO CONTRATO CADTERC											R\$ 525.957,84	

1º DISTRITO POLICIAL - RUA DA BOA MORTE, 237
2º DISTRITO POLICIAL - AV. CONEGO MANOEL ALVES, 705 JARDIM MORRO AZUL
3º DISTRITO POLICIAL - AV. MAJOR JOSÉ LEVY SOBRINHO, 1.131 BOA VISTA
4º DISTRITO POLICIAL - RUA LUIS PÂNTANO, 456 PARQUE NOVO MUNDO
DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER - RUA PRES. HUMBERTO ALENCAR CASTELO BRANCO, 389 JARDIM MERCEDES
DIG - DELEGACIA DE INVESTIGAÇÕES GERAIS E DISE- DELEGACIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ENTORPECENTE - RUA MARANHÃO, 809 VILA SÃO CRISTOVÃO

ESTIMATIVA DE TEMPO DE CONTRATO: 24 MESES PODENDO SER RENOVOADO POR ATÉ 10 ANOS.

Mediante o valor estimado mensal CADTERC, o valor anual seria de R\$ 262.978,92 e o valor total, no contrato de 24 meses, de R\$ 525.957,84. O tempo de contrato estabelecido inicialmente servirá para a Administração avaliar os serviços prestados pela contratada no intuito de atestar maior vantagem econômica. O contrato poderá ter prorrogações até atingir o máximo de 10 (dez) anos conforme prevê a Lei 14.133/2021, desde que as condições e preços se mantenham vantajosos para a Administração. Seguem valores de referência descritos no Cadterc (pág. 77), conforme inicialmente explicado:



CAPÍTULO III – VALORES REFERENCIAIS, DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS PREÇOS

1. RESUMO – VALORES REFERENCIAIS

Os valores referenciais apresentados no item 1 deste capítulo se aplicam aos itens de licitações submetidos a participação ampla, isto é, quando o valor estimado supera R\$ 80.000,00 no mesmo exercício financeiro e, por isso, a contratação não pode ser destinada com exclusividade a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (Acórdão TCU nº 1.932, de 2016).

Os valores unitários dos serviços apresentados a seguir, com base de referência em Janeiro/2024, deverão ser utilizados como critério de aceitabilidade de preços.

Quadro 16: Valores referenciais dos serviços de limpeza por tipo de área

Serviços	Valores Mensais (R\$/m²/mês)
Áreas internas	
Pisos acarpetados	R\$ 7,24
Pisos frios	R\$ 7,24
Laboratórios	R\$ 13,14
Almoxarifados/galpões	R\$ 3,21
Oficinas	R\$ 3,62
Com espaços livres – saguão/hall/salão	R\$ 5,43
Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	R\$ 8,93
Áreas externas	
Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 3,62
Varrição de passeios e arruamentos	R\$ 0,75
Pátios e áreas verdes – alta frequência	R\$ 0,68
Pátios e áreas verdes – média frequência	R\$ 0,34
Pátios e áreas verdes – baixa frequência	R\$ 0,17
Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária (em ha) *	R\$ 446,00
Vidros externos	
Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 2,23
Frequência semestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 2,07
Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	R\$ 2,83
Frequência semestral (com exposição à situação de risco)	R\$ 2,37

*R\$/ha/mês – 1 hectare/ha equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.

- 1.1. Para os serviços de coleta de detritos em pátios e áreas verdes, a unidade de medida adotada é o hectare por mês (ha/mês). Para conversão de áreas m² para ha é suficiente a divisão por 10.000, ou seja, 1 ha = 10.000 m².
- 1.2. Com exceção dos vidros externos, as áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço correspondem às quantidades obtidas da projeção horizontal de cada ambiente, isto é, às áreas de planta baixa.
- 1.3. Ressalta-se que a área a ser quantificada é a de piso, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, divisórias com vidros e afins. Essas áreas encontram-se contempladas na Composição dos Preços, quando foram utilizadas produtividades médias e parâmetros que refletem áreas prediais de características comuns. Para efeito de quantificação da metragem quadrada, as áreas de vidros externos, conforme definidas neste trabalho, correspondem

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada em grupo único, formados por 08 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Optou-se assim por evidenciar os itens que compõem a solução, a fim de demonstrar, na ata do pregão, o custo unitário da limpeza por m² em cada tipo de área. Tal medida proporciona um maior controle dos gastos públicos, uma vez que facilita a consulta aos custos de cada serviço a ser contratado, o que favorece a gestão orçamentária e financeira do contrato.

Os itens deverão ser ofertados por cada empresa e válidos para as 07 (sete) Unidades Policiais de modo a manter a forma atual de contratação feita pela Delegacia Seccional de Polícia de Limeira em que a mesma empresa presta os serviços em todas as delegacias e que vem dando certo e se mostrando eficaz, visando ainda facilitar a fiscalização.

Ressalta-se que o valor estimado para limpeza das unidades supera R\$ 80.000,00 no mesmo exercício, não podendo ser destinada com exclusividade a ME e EPP (Acórdão TCU nº 1932/16).

Assim, os itens comporão um mesmo grupo e serão referentes ao 1o DP, 2o DP, 3o DP, 4o DP, DDM, DIG e DISE, todos da cidade de Limeira, de modo que a adjudicação seja feita por preço global do grupo, portanto a licitação será realizada em grupo único, formado por 08 (oito) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, que serão válidos para as 07 (sete) Unidades Policiais.

Ressalta-se ainda que o fato de se entregar os serviços a serem prestados à mesma empresa não se mostra prejudicial à administração pública, eis que a maioria das empresas, assim como CADTERC, terem os preços por metro quadrado do serviço a ser prestado iguais em todas as Unidades e cidades, ou seja, são diferentes apenas em relação ao item.

Tudo isso, especialmente pelo preço igual por item, refletirá na redução de custos de gestão de contratos, já que apenas uma pessoa pode gerir o único contrato, implicando na maior vantagem na contratação do item do mesmo fornecedor.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não há um alinhamento com o planejamento visto que não foi elaborado um PCA - Plano de Contratação Anual no exercício anterior.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Garantir a boa execução dos serviços de limpeza e higienização, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.
- Proporcionar os serviços de asseio, limpeza e conservação das Unidades Policiais de Limeira.

13. Providências a serem Adotadas

Não se faz necessária a realização de adequações do ambiente do órgão para o início da realização dos serviços a serem contratados, contudo, faz-se necessário a capacitação de servidores, em especial os que atuarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos ao modelo proposto, que além da fiscalização direta do servidor, também insere o

acompanhamento do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de cada renovação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foi identificado nenhum possível impacto ambiental.

Os critérios e práticas de sustentabilidade são elencados no item DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

15. DECLARAÇÕES

O presente ETP foi elaborado através do Portal de Compras, do Governo Federal, utilizando-se o modelo digital lá disponível, que foi acessado através do endereço <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> e observando o Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado através do endereço https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/FINAL_Manual-ETP.pdf.

Também foram seguidas as regras do DECRETO N° 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023, especialmente artigos 4o e 5o, este combinado com artigo 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133 /2021, além do artigo 40, §§ 2º e 3º da já citada Lei 14.133/2021.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA

Decreto Estadual nº 68.017/2023, Artigo 5º, XIII

Aprovo o presente e declaro que a contratação é adequada à necessidade a que se destina.

ANTÔNIO LUIS TUCKUMANTEL

DELEGADO DE POLÍCIA

ORDENADOR DE DESPESAS

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Processo feito com base nas licitações anteriores em formato que vem dando certo até agora.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 10:27:04.

RICARDO LUIS DA FONSECA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 10:26:07.

Documento de Formalização de Demanda 19/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2024	180290-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE LIMEIRA	RICARDO LUIS DA FONSECA	03/12/2024 17:48 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.00119945 /2024-88

Informações preliminares

REQUISITANTE:

Órgão: DELEGACIA SECCIONAL DE LIMEIRA
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SETOR DE FINANÇAS
Responsável pela demanda: RICARDO LUÍS DA FONSECA
Matricula: CPF 244.049.688.31
E-mail: uge.limeira@policiacivil.sp.gov.br
Telefone: (19) 3453-4097

DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO: IMEDIATA

PREVISÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: IMEDIATA

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Alta

1. Descrição sucinta do objeto

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza para as Unidades Policiais de Limeira, conforme tabela abaixo:

		Delegacia Policial do 1º Distrito Policial de Limeira					
		Rua da Boa Morte, 237, Centro					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	217	R\$ 7,24	R\$ 1.571,08	R\$ 37.705,92
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	59	R\$ 3,21	R\$ 189,39	R\$ 4.545,36
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	R\$ 5,43	R\$ 396,39	R\$ 9.513,36
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	R\$ 3,62	R\$ 387,34	R\$ 9.296,16
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	R\$ 0,75	R\$ 73,50	R\$ 1.764,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	R\$ 0,68	R\$ 150,96	R\$ 3.623,04
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	R\$ 2,23	R\$ 115,96	R\$ 2.783,04
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	776			R\$ 69.570,41

		Delegacia Policial do 2º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Conego Manoel Alves, 705 Jardim Morro Azul					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	150	R\$ 7,24	R\$ 1.086,00	R\$ 26.064,00
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	15	R\$ 3,21	R\$ 48,15	R\$ 1.155,60
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	84	R\$ 5,43	R\$ 456,12	R\$ 10.946,88
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	85	R\$ 3,62	R\$ 307,70	R\$ 7.384,80
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	165	R\$ 0,75	R\$ 123,75	R\$ 2.970,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	307	R\$ 0,68	R\$ 208,76	R\$ 5.010,24
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	34	R\$ 2,23	R\$ 75,82	R\$ 1.819,68
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	806			R\$ 55.351,20

		Delegacia Policial do 3º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Major José Levy Sobrinho, 1.131, Boa Vista					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	149	R\$ 7,24	R\$ 1.078,76	R\$ 25.890,24
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	92	R\$ 3,21	R\$ 295,32	R\$ 7.087,68
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	40	R\$ 5,43	R\$ 217,20	R\$ 5.212,80
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	66	R\$ 3,62	R\$ 238,92	R\$ 5.734,08
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	663	R\$ 0,68	R\$ 450,84	R\$ 10.820,16
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	32	R\$ 2,23	R\$ 71,36	R\$ 1.712,64
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	33	R\$ 2,83	R\$ 93,39	R\$ 2.241,36
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1081			R\$ 59.976,91

		Delegacia Policial do 4º Distrito Policial de Limeira					
		Rua Luis Pântano, 456, Parque Novo Mundo					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	189	R\$ 7,24	R\$ 1.368,36	R\$ 32.840,64
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	46	R\$ 3,21	R\$ 147,66	R\$ 3.543,84
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	94	R\$ 5,43	R\$ 510,42	R\$ 12.250,08
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	34	R\$ 3,62	R\$ 123,08	R\$ 2.953,92
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	21	R\$ 2,23	R\$ 46,83	R\$ 1.123,92
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	9	R\$ 2,83	R\$ 25,47	R\$ 611,28
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	434			R\$ 54.601,68

		Delegacia de Defesa da Mulher - DDM					
		Rua Pres. Humberto Alencar Castelo Branco, 389 Jardim Mercedes					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	306	R\$ 7,24	R\$ 2.215,44	R\$ 53.170,56
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	239	R\$ 3,21	R\$ 767,19	R\$ 18.412,56
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	98	R\$ 5,43	R\$ 532,14	R\$ 12.771,36
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	145	R\$ 3,62	R\$ 524,90	R\$ 12.597,60
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	310	R\$ 0,75	R\$ 232,50	R\$ 5.580,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	35	R\$ 0,68	R\$ 23,80	R\$ 571,20
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	115	R\$ 2,23	R\$ 256,45	R\$ 6.154,80
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1133			R\$ 109.597,60

		Delegacia de Investigações Gerais - DIG e Delegacia de Investigações Sobre Entorpecente					
		Rua Maranhão, 809 Vila São Cristóvão					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	529	R\$ 7,24	R\$ 3.829,96	R\$ 91.919,04
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	318	R\$ 3,21	R\$ 1.020,78	R\$ 24.498,72
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	256	R\$ 5,43	R\$ 1.390,08	R\$ 33.361,92
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	157	R\$ 3,62	R\$ 568,34	R\$ 13.640,16
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	40	R\$ 0,75	R\$ 30,00	R\$ 720,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	60	R\$ 2,23	R\$ 133,80	R\$ 3.211,20
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	140	R\$ 2,83	R\$ 396,20	R\$ 9.508,80
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1300			R\$ 176.859,84

Total dos Serviços - Unidades Policias de Limeira							
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	1540	R\$ 7,24	R\$ 11.149,60	R\$ 267.590,40
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	769	R\$ 3,21	R\$ 2.468,49	R\$ 59.243,76
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	645	R\$ 5,43	R\$ 3.502,35	R\$ 84.056,40
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	594	R\$ 3,62	R\$ 2.150,28	R\$ 51.606,72
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	755	R\$ 0,75	R\$ 566,25	R\$ 13.590,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	1227	R\$ 0,68	R\$ 834,36	R\$ 20.024,64
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	314	R\$ 2,23	R\$ 700,22	R\$ 16.805,28
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	192	R\$ 2,83	R\$ 543,36	R\$ 13.040,64
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	5530		R\$ 21.914,91	R\$ 525.957,84

CORRESPONDÊNCIA DOS SERVIÇOS ATRIBUÍDOS AOS CÓDIGOS COMPRAS E BEC			
DESCRIÇÃO DO ITEM CONTRATADO/LICITADO, A SER CONSIDERADA PELO LICITANTE		DESCRIÇÃO NO SITE "COMPRAS", APENAS PARA FINS DE MONTAGEM DA LICITAÇÃO NO SIASGNET, SENDO VÁLIDA, PORÉM, A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS AO LADO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO	
BEC	Áreas internas	Compras	Áreas internas
162736	Pisos frios	24031	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162752	Almoxarifado /galpões	24090	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Internas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162779	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	24023	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades
	Áreas externas		Áreas externas
162787	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	24104	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - Outras Necessidades.
162795	Varrição de Passeios e arruamentos.	24040	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162809	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	14044	Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual
	Vidros externos		Vidros externos
162841	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24112	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162868	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24120	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Fachadas Envidraçadas - Outras Necessidades - Outra Produtividade

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

2. Justificativa da necessidade

2.1. A contratação em questão se faz necessária visto que o contrato vigente para o serviço de limpeza das Unidades Policiais as quais se refere se encerrou, não sendo possível a renovação.

2.2. Se não for feita nova licitação as Unidades ficarão sem serviços de limpeza, prejudicando os trabalhos policiais.

2.3 Essa contratação, é, portanto, essencial para o funcionamento e imagem da instituição, caracterizando-se como de natureza continuada.

3. Estimativa de quantidade e valores

3.1. A estimativa de quantidades e valores da contratação está prevista no campo 1. Descrição sucinta do objeto, cujo valor **total** estimado é de R\$ 21.914,91 para o exercício de 2024, restando R\$ 504.042,93, do total do contrato que é de R\$ 525.957,84 por 24 meses, para os exercícios seguintes.

IMPORTANTE: Foram obtidos orçamentos de empresas do ramo, cuja escolha se deu por serem fornecedoras de tais serviços ao Estado e/ou localizadas em buscas na internet, agilizando a obtenção do orçamento, todavia, **para fins de estimativa de preço, será considerado o referencial CADTERC, nos termos do Artigo 8º do DECRETO Nº 67.888, DE 17 DE AGOSTO DE 2023:** "A contratação de serviços terceirizados utilizará os valores dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados - CADTERC, disponíveis no endereço eletrônico [http://www. cadterc.sp.gov.br](http://www.cadterc.sp.gov.br)".

Vale ressaltar que os valores estimados tem como referenciais o Caderno CADTERC – Vol. 03 Limpeza, Asseio e Conservação Predial - páginas 77 e 92, considerando a possibilidade de participação ampla, uma vez que quando o valor estimado supera R\$ 80.000,00 no mesmo exercício financeiro, o que é o caso, a contratação não pode ser destinada com exclusividade a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (Acórdão TCU nº 1.932, de 2016) - https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Anexo_I_P03_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol03_RO02.pdf e estão demonstrados nos quadros do campo 1 - descrição sucinta.

Destacamos ainda que, S.M.J.:

1 - Não é o caso de uso do apêndice 2 - Delegacias Participativas, eis que as delegacias acima não são Unidades Policiais destinadas a plantão (fecham sábados, domingos e feriados). Além disso, tal apêndice prevê apenas limpeza de pisos acarpetados, pisos frios, espaços livres /saguão/hall/salão e sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação, não atendendo, portanto, a todas nossas necessidades;

2 - Também não é o caso de uso do apêndice 4 - Pequenas áreas (até 750 m2), pois apenas uma delas é menor;

3 - Além disso, o pregão será realizado em um único grupo dividido em itens, de forma que a mesma empresa será responsável pela limpeza de todas as Unidades Policiais e os preços de cada item será válido para todos os prédios, representando, na prática, a uma área de 5.530 m2 a ser limpa;

4 - Pelo exposto, foi utilizada a tabela de fls. 77 para obtenção dos valores referenciais, eis não estarem restritos a metragem do local onde os serviços serão executados nem ao regime de plantão, já que tais delegacias não abrem aos sábados, domingos e feriados, eis ser a única opção restante possível e que continha todos os itens necessários;

5 - Além disso foi considerada esta tabela referente a participação ampla face ao disposto no Acórdão TCU 1932, de 2016, valendo ressaltar que a mesma não traz nenhum prejuízo à administração pois seu valor é menor que os autorizados a serem praticados nos apêndices citados;

6 - São todos preços CADTERC e obdecem ao artigo 8o do Decreto Estadual 67.888/2023

4. Vinculação ou dependência com outro DFD

4.1. A execução deste DFD não tem dependência prévia com execução de outro DFD.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

RICARDO LUÍS DA FONSECA

Requisitante

Despacho: Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de contratações, conforme proposto.

ANTÔNIO LUÍS TUCKUMANTEL

DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA

ORDENADOR DE DESPESAS

5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/12/2024 às 17:48:01.

RICARDO LUIS DA FONSECA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/12/2024 às 17:47:01.

Contrato 9/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2024	180290-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE LIMEIRA	RICARDO LUIS DA FONSECA	04/12/2024 11:44 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.00119945 /2024-88

1. Cláusula primeira - do objeto

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

Delegacia Seccional de Polícia de Limeira

Setor de Finanças

PROCESSO: DSPL 026/2024

PROCESSO SEI: 058.00119945/2024-88

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2024
CELEBRADO ENTRE O(A) DELEGACIA
SECCIONAL DE POLÍCIA DE LIMEIRA, POR
INTERMÉDIO DO Sr. ANTÔNIO LUIS
TUCKUMANTELEXXXXXXXXXX

O Estado de São Paulo por intermédio da Delegacia Seccional de Polícia de Limeira, com sede no(a) Rua Francisco Ferreira da Rosa, 248, Vila São Cristovam, na cidade de Limeira /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0049-30, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Antônio Luis Tuckumantel, Delegado Seccional de Polícia de Limeira, nomeado(a) pelo(a) [Portaria DGP nº

480P, de 10 de janeiro de 2019, publicado(a) no *DOE* de 11 de janeiro de 2019, portador(a) da identificação funcional Delegado de Polícia Civil nº 12710ª, CPF sob o nº 7156478.948-49, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90002/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial das **Delegacias do 1º, 2º, 3 e 4º Distritos Policiais de Limeira, bem como a Delegacia de Defesa da Mulher, Delegacia de Investigações Gerais e Delegacia de Investigação Sobre Entorpecentes, todas também de Limeira**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

		Delegacia Policial do 1º Distrito Policial de Limeira					
		Rua da Boa Morte, 237, Centro					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
		24031 162736 1	Pisos frios	217	R\$ 7,24	R\$ 1.571,08	R\$ 37.705,92
		24090 162752 2	Almoxarifado /galpões	59	R\$ 3,21	R\$ 189,39	R\$ 4.545,36
		24023 162779 3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	R\$ 5,43	R\$ 396,39	R\$ 9.513,36
			Áreas externas				
		24104 162787 4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	R\$ 3,62	R\$ 387,34	R\$ 9.296,16
		24040 162795 5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	R\$ 0,75	R\$ 73,50	R\$ 1.764,00
		14044 162809 6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	R\$ 0,68	R\$ 150,96	R\$ 3.623,04
			Vidros externos				
		24112 162841 7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	R\$ 2,23	R\$ 115,96	R\$ 2.783,04
		24120 162868 8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	776			R\$ 69.570,48

		Delegacia Policial do 2º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Conego Manoel Alves, 705 Jardim Morro Azul					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	150	R\$ 7,24	R\$ 1.086,00	R\$ 26.064,00
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	15	R\$ 3,21	R\$ 48,15	R\$ 1.155,60
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	84	R\$ 5,43	R\$ 456,12	R\$ 10.946,88
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	85	R\$ 3,62	R\$ 307,70	R\$ 7.384,80
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	165	R\$ 0,75	R\$ 123,75	R\$ 2.970,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	307	R\$ 0,68	R\$ 208,76	R\$ 5.010,24
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	34	R\$ 2,23	R\$ 75,82	R\$ 1.819,68
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	806			R\$ 55.351,20

		Delegacia Policial do 3º Distrito Policial de Limeira					
		Av. Major José Levy Sobrinho, 1.131, Boa Vista					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	149	R\$ 7,24	R\$ 1.078,76	R\$ 25.890,24
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	92	R\$ 3,21	R\$ 295,32	R\$ 7.087,68
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	40	R\$ 5,43	R\$ 217,20	R\$ 5.212,80
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	66	R\$ 3,62	R\$ 238,92	R\$ 5.734,08
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	663	R\$ 0,68	R\$ 450,84	R\$ 10.820,16
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	32	R\$ 2,23	R\$ 71,36	R\$ 1.712,64
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	33	R\$ 2,83	R\$ 93,39	R\$ 2.241,36
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1081			R\$ 59.976,96

		Delegacia Policial do 4º Distrito Policial de Limeira					
		Rua Luis Pântano, 456, Parque Novo Mundo					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	189	R\$ 7,24	R\$ 1.368,36	R\$ 32.840,64
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	46	R\$ 3,21	R\$ 147,66	R\$ 3.543,84
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	94	R\$ 5,43	R\$ 510,42	R\$ 12.250,08
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	34	R\$ 3,62	R\$ 123,08	R\$ 2.953,92
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	71	R\$ 0,75	R\$ 53,25	R\$ 1.278,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	21	R\$ 2,23	R\$ 46,83	R\$ 1.123,92
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	9	R\$ 2,83	R\$ 25,47	R\$ 611,28
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	434			R\$ 54.601,68

		Delegacia de Defesa da Mulher - DDM					
		Rua Pres. Humberto Alencar Castelo Branco, 389 Jardim Mercedes					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	306	R\$ 7,24	R\$ 2.215,44	R\$ 53.170,56
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	239	R\$ 3,21	R\$ 767,19	R\$ 18.412,56
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	98	R\$ 5,43	R\$ 532,14	R\$ 12.771,36
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	145	R\$ 3,62	R\$ 524,90	R\$ 12.597,60
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	310	R\$ 0,75	R\$ 232,50	R\$ 5.580,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	35	R\$ 0,68	R\$ 23,80	R\$ 571,20
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	115	R\$ 2,23	R\$ 256,45	R\$ 6.154,80
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	R\$ 2,83	R\$ 14,15	R\$ 339,60
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1133			R\$ 109.597,68

		Delegacia de Investigações Gerais - DIG e Delegacia de Investigações Sobre Entorpecente					
		Rua Maranhão, 809 Vila São Cristóvão					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	529	R\$ 7,24	R\$ 3.829,96	R\$ 91.919,04
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	318	R\$ 3,21	R\$ 1.020,78	R\$ 24.498,72
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	256	R\$ 5,43	R\$ 1.390,08	R\$ 33.361,92
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	157	R\$ 3,62	R\$ 568,34	R\$ 13.640,16
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	40	R\$ 0,75	R\$ 30,00	R\$ 720,00
			Vidros externos				
24112	162841	6	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	60	R\$ 2,23	R\$ 133,80	R\$ 3.211,20
24120	162868	7	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	140	R\$ 2,83	R\$ 396,20	R\$ 9.508,80
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	1300			R\$ 176.859,84

		Total dos Serviços - Unidades Policias de Limeira					
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	Preço Referencial CADTERC	Total Mensal	Total para 24 meses
Compras	BEC		Áreas internas				
24031	162736	1	Pisos frios	1540	R\$ 7,24	R\$ 11.149,60	R\$ 267.590,40
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	769	R\$ 3,21	R\$ 2.468,49	R\$ 59.243,76
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	645	R\$ 5,43	R\$ 3.502,35	R\$ 84.056,40
			Áreas externas				
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	594	R\$ 3,62	R\$ 2.150,28	R\$ 51.606,72
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	755	R\$ 0,75	R\$ 566,25	R\$ 13.590,00
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	1227	R\$ 0,68	R\$ 834,36	R\$ 20.024,64
			Vidros externos				
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	314	R\$ 2,23	R\$ 700,22	R\$ 16.805,28
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	192	R\$ 2,83	R\$ 543,36	R\$ 13.040,64
			Área total a ser limpa (exceto vidros)	5530		R\$ 21.914,91	R\$ 525.957,84

CORRESPONDÊNCIA DOS SERVIÇOS ATRIBUÍDOS AOS CÓDIGOS COMPRAS E BEC			
DESCRIÇÃO DO ITEM CONTRATADO/LICITADO, A SER CONSIDERADA PELO LICITANTE		DESCRIÇÃO NO SITE "COMPRAS", APENAS PARA FINS DE MONTAGEM DA LICITAÇÃO NO SIASNET, SENDO VÁLIDA, PORÉM, A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS AO LADO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO	
BEC	Áreas internas	Compras	Áreas internas
162736	Pisos frios	24031	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162752	Almoxarifado /galpões	24090	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Internas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162779	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	24023	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades
	Áreas externas		Áreas externas
162787	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	24104	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - Outras Necessidades.
162795	Varrição de Passeios e arruamentos.	24040	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
162809	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	14044	Roçada / Limpeza de Área - Mecanizada / Manual
	Vidros externos		Vidros externos
162841	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	24112	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
162868	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	24120	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Fachadas Envidraçadas - Outras Necessidades - Outra Produtividade

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do início do serviço prestado previsto no contrato, com a possibilidade de prorrogação até no máximo 10 anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$..... (.....);

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. Cláusula sexta - pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. Cláusula sétima - repactuação dos preços contratados

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data da assinatura do contrato.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE (índice de preço ao consumidor amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 01 (um) mês, contado a partir da data em que for apresentada, pelo contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.17.1. O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021):

I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021 .

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante no local do serviço para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante.

9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho;

9.1.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

9.1.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.1.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.1.30. Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.31. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII) Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) . Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30. (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia. a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1.% a 15 % do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato.

(8) De 10% (um por cento) sobre a base de cálculo para incidência da multa, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133, de 2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n.º 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n.º 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5 Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

13.5.1 Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:

13.5.1.1 a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021); e

13.5.1.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

13.6 Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7 O Contratante poderá ainda:

13.7.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

13.8 Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. Cláusula décima quarta - alterações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. Cláusula décima quinta - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 180290

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 06122180141800000 – PTRES 180201

IV. Elemento de Despesa: 33903796

V. Nota de Empenho:

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. Cláusula décima sexta - dos casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

17. Cláusula décima sétima - publicação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. Cláusula décima oitava - foro

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Limeira, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543,](#)

[de 13 de novembro de 2020.](#)

ANTONIO LUIS TUCKUMANTEL

Autoridade competente

RICARDO LUIS DA FONSECA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/12/2024 às 11:44:54.

ANEXO III
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

		Total dos Serviços - Unidades Policias de Limeira				
Compras	Código	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²) (1) *	Valor unitário mensal (R\$/m²) (2)	Total mensal por item (R\$) (3) = (1) X (2)
			Áreas internas			
24031	162736	1	Pisos frios	1540		
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	769		
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	645		
			Áreas externas			
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	594		
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	755		
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	1227		
			Vidros externos			
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	314		
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	192		
TOTAL MENSAL (R\$)						
PRAZO CONTRATUAL						24 MESES
PRAZO CONTRATUALVALOR TOTAL (R\$)						

* ÁREA CORRESPONDENTE A TODAS AS UNIDADES DE LIMEIRA, JÁ IDENTIFICADAS INDIVIDUALMENTE.

ENDEREÇO DAS UNIDADES POLÍCIAIS

1º DISTRITO POLICIAL - RUA DA BOA MORTE, 237 CENTRO

2º DISTRITO POLICIAL - AV. CONEGO MANOEL ALVES, 705 JARDIM MORRO AZUL

3º DISTRITO POLICIAL - AV. MAJOR JOSÉ LEVY SOBRINHO, 1.131 BOA VISTA

4º DISTRITO POLICIAL - RUA LUIS PÂNTANO, 456 PARQUE NOVO MUNDO

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER - RUA PRES. HUMBERTO ALENCAR CASTELO BRANCO, 389 JARDIM MERCEDES

DIG - DELEGACIA DE INVESTIGAÇÕES GERAIS E DISE- DELEGACIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ENTORPECENTE - RUA MARANHÃO, 809, VILA CRISTÓVAN

- Validade da proposta: **90 (noventa) dias**.

- Estou ciente de que ainda não foi disponibilizada verba para esta licitação, cujo contrato só será assinado caso isso ocorra

- Assinatura do responsável pela empresa licitante e carimbo CNPJ:

Total da Área dos Serviços de Limpeza Predial - Unidades Policias de Limeira											PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
		ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA DE CADA DISTRITO POLICIAL (m²)							ORÇAMENTO RBW DO BRASIL		ORÇAMENTO AYMORÉ		VALOR CADTERC		
Compras	BEC		Áreas internas	1º DP	2º DP	3º DP	4º DP	DIG/DISE	DDM	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	MÉDIA
24031	162736	1	Pisos frios	217	150	149	189	529	306	1540	R\$ 10,04	R\$ 15.461,60	R\$ 3,33	R\$ 5.128,20	R\$ 7,24	R\$ 11.149,60	R\$ 6,87
24090	162752	2	Almoxarifado /galpões	59	15	92	46	318	239	769	R\$ 4,46	R\$ 3.429,74	R\$ 1,95	R\$ 1.499,55	R\$ 3,21	R\$ 2.468,49	R\$ 3,21
24023	162779	3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	84	40	94	256	98	645	R\$ 7,53	R\$ 4.856,85	R\$ 3,15	R\$ 2.031,75	R\$ 5,43	R\$ 3.502,35	R\$ 5,37
			Áreas externas														
24104	162787	4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	85	66	34	157	145	594	R\$ 5,02	R\$ 2.981,88	R\$ 2,96	R\$ 1.758,24	R\$ 3,62	R\$ 2.150,28	R\$ 3,87
24040	162795	5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	165	71	71	40	310	755	R\$ 1,06	R\$ 800,30	R\$ 0,65	R\$ 490,75	R\$ 0,75	R\$ 566,25	R\$ 0,82
14044	162809	6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	307	663	0	0	35	1227	R\$ 0,96	R\$ 1.177,92	R\$ 0,55	R\$ 674,85	R\$ 0,68	R\$ 834,36	R\$ 0,73
			Vidros externos														
24112	162841	7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	34	32	21	60	115	314	R\$ 3,14	R\$ 985,96	R\$ 1,05	R\$ 329,70	R\$ 2,23	R\$ 700,22	R\$ 2,14
24120	162868	8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	0	33	9	140	5	192	R\$ 4,01	R\$ 769,92	R\$ 2,11	R\$ 405,12	R\$ 2,83	R\$ 543,36	R\$ 2,98
											TOTAL	R\$ 30.464,17		R\$ 12.318,16		R\$ 21.914,91	
											MÉDIA MENSAL (RBW/AYMORÉ/CADTERC)		R\$ 21.565,75				
											MÉDIA ANUAL		R\$ 258.788,96				

TOTAL DO CONTRATO RBW	R\$ 731.140,08
TOTAL DO CONTRATO AYMORÉ	R\$ 295.635,84
TOTAL DO CONTRATO CADTERC	R\$ 525.957,84

1º DISTRITO POLICIAL - RUA DA BOA MORTE, 237 CENTRO
2º DISTRITO POLICIAL - AV. CONEGO MANOEL ALVES, 705 JARDIM MORRO AZUL
3º DISTRITO POLICIAL - AV. MAJOR JOSÉ LEVY SOBRINHO, 1.131 BOA VISTA
4º DISTRITO POLICIAL - RUA LUIS PÂNTANO, 456 PARQUE NOVO MUNDO
DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER - RUA PRES. HUMBERTO ALENCAR CASTELO BRANCO, 389 JARDIM MERCEDES
DIG - DELEGACIA DE INVESTIGAÇÕES GERAIS E DISE- DELEGACIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ENTORPECENTE - RUA MARANHÃO, 809 VILA SÃO CRISTOVÃO

ESTIMATIVA DE TEMPO DE CONTRATO: 24 MESES PODENDO SER RENOVADO POR ATÉ 10 ANOS.

RBW DO BRASIL TERCEIRIZAÇÃO LTDA

CNPJ: 04.597.690/0001-69

Total da Área dos Serviços de Limpeza Predial - Unidades Policias de Limeira												
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA DE CADA DISTRITO POLICIAL (m²)						VALORES				
	Áreas internas	1º DP	2º DP	3º DP	4º DP	DIG/DISE	DDM	TOTAL	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL		
1	Pisos frios	217	150	149	189	529	306	1540	R\$ 10,04	R\$ 15.461,60		
2	Almoxarifado /galpões	59	15	92	46	318	239	769	R\$ 4,46	R\$ 3.429,74		
3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	73	84	40	94	256	98	645	R\$ 7,53	R\$ 4.856,85		
	Áreas externas											
4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	107	85	66	34	157	145	594	R\$ 5,02	R\$ 2.981,88		
5	Varrição de Passeios e arruamentos.	98	165	71	71	40	310	755	R\$ 1,06	R\$ 800,30		
6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	222	307	663	0	0	35	1227	R\$ 0,96	R\$ 1.177,92		
	Vidros externos											
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	34	32	21	60	115	314	R\$ 3,14	R\$ 985,96		
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	0	33	9	140	5	192	R\$ 4,01	R\$ 769,92		
									TOTAL MENSAL			R\$ 30.464,17
									TOTAL 60 MESES			R\$ 1.827.850,20



Total da Área dos Serviços de Limpeza Predial - Unidades Policiais de Limeira

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CADERNO V.3 - 44 HORAS SEMANAIS							Área (m²) (1)	Valor unitário Mensal (R\$/m²) (2)	Total Mensal Por Item (R\$) (3) = (1)X(2)
-	UNIDADES	1° DP	2° DP	3° DP	4° DP	DIG/DISE	DDM	TOTAL	-	-
Áreas internas										
1	Pisos frios	217	150	149	189	529	306	1540,00	R\$ 3,33	R\$ 5.128,200
2	Almoxarifado/Galpões	59	15	92	46	318	239	769,00	R\$ 1,95	R\$ 1.499,550
3	Com espaços livres - Saguão Hall / Salão	73	84	40	94	256	98	645,00	R\$ 3,15	R\$ 2.031,750
Áreas externas										
4	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	107	85	66	34	157	145	594,00	R\$ 2,96	R\$ 1.758,240
5	Varrição de passeios e arruamentos	98	165	71	71	40	310	755,00	R\$ 0,65	R\$ 490,750
6	Pátios e áreas verdes - alta frequência	222	307	663	0	0	35	1227,00	R\$ 0,55	R\$ 674,850
Vidros externos										
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	52	34	32	21	60	115	314,00	R\$ 1,05	R\$ 329,700
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	5	0	33	9	140	5	192,00	R\$ 2,11	R\$ 405,120
TOTAL MENSAL										R\$ 12.318,16
PRAZO CONTRATUAL										30 meses
VALOR TOTAL										R\$ 369.544,80

Mês de referência dos preços: **Janeiro de 2023**

Validade da Proposta: **60 (sessenta) dias.**



Prifist Mufd Joviano
Diretor

AYMORÉ – COMERCIAL EMPREITEIRA DE SERVIÇOS EIRELI – ME
 CNPJ Nº 04.923.841/0001-21
 Rua Francisco de Assis, 232 – Vila Mangalot – São Paulo/SP – CEP: 05133-100
 Fone: (11) 3477-2747



CAPÍTULO III – VALORES REFERENCIAIS, DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS PREÇOS

1. RESUMO – VALORES REFERENCIAIS

Os valores referenciais apresentados no item 1 deste capítulo se aplicam aos itens de licitações submetidos a participação ampla, isto é, quando o valor estimado supera R\$ 80.000,00 no mesmo exercício financeiro e, por isso, a contratação não pode ser destinada com exclusividade a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (Acórdão TCU nº 1.932, de 2016).

Os valores unitários dos serviços apresentados a seguir, com base de referência em Janeiro/2024, deverão ser utilizados como critério de aceitabilidade de preços.

Quadro 16: Valores referenciais dos serviços de limpeza por tipo de área

Serviços	Valores Mensais (R\$/m²/mês)
Áreas internas	
Pisos acarpetados	R\$ 7,24
Pisos frios	R\$ 7,24
Laboratórios	R\$ 13,14
Almoxarifados/galpões	R\$ 3,21
Oficinas	R\$ 3,62
Com espaços livres – saguão/hall/salão	R\$ 5,43
Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**	R\$ 8,93
Áreas externas	
Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 3,62
Varrição de passeios e arruamentos	R\$ 0,75
Pátios e áreas verdes – alta frequência	R\$ 0,68
Pátios e áreas verdes – média frequência	R\$ 0,34
Pátios e áreas verdes – baixa frequência	R\$ 0,17
Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária (em ha) *	R\$ 446,00
Vidros externos	
Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 2,23
Frequência semestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 2,07
Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	R\$ 2,83
Frequência semestral (com exposição à situação de risco)	R\$ 2,37

*R\$/ha/mês – 1 hectare/ha equivale a 10.000 m².

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.
Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.

- 1.1. Para os serviços de coleta de detritos em pátios e áreas verdes, a unidade de medida adotada é o hectare por mês (ha/mês). Para conversão de áreas m² para ha é suficiente a divisão por 10.000, ou seja, 1 ha = 10.000 m².
- 1.2. Com exceção dos vidros externos, as áreas a serem consideradas para cada tipo de serviço correspondem às quantidades obtidas da projeção horizontal de cada ambiente, isto é, às áreas de planta baixa.
- 1.3. Ressalta-se que a área a ser quantificada é a de piso, sem considerar as áreas verticais de paredes, portas, divisórias, divisórias com vidros e afins. Essas áreas encontram-se contempladas na Composição dos Preços, quando foram utilizadas produtividades médias e parâmetros que refletem áreas prediais de características comuns. Para efeito de quantificação da metragem quadrada, as áreas de vidros externos, conforme definidas neste trabalho, correspondem



somente a uma de suas faces. Isso ocorre porque suas duas faces já foram consideradas quando da composição dos preços.

- 1.4. A quantificação das áreas independe da frequência dos serviços definida em seus vários itens, que são objetos deste caderno.
- 1.5. A demonstração detalhada dos cálculos que conduziram aos valores que integram a tabela acima e respectivos embasamentos dos preços encontram-se descritos a seguir.

2. RESUMO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

2.1. Áreas Internas

Quadro 17: Valores referenciais de limpeza predial para áreas internas com coeficiente de participação

Item	Coeficiente de Participação (1/m²)		Valor Mensal (R\$/mês) (3)	Valor Total (R\$/m²) (4) = (1) / (2)x(3)
	Quantidade de Funcionários (1)	Produtividade (2)		
Pisos acarpetados				
Faxineiro	1	750	R\$ 5.217,06	R\$ 6,96
Encarregado*	0,03	750	R\$ 6.305,41	R\$ 0,28
Total R\$/m²			R\$ 7,24	
Pisos frios				
Faxineiro	1	750	R\$ 5.217,06	R\$ 6,96
Encarregado*	0,03	750	R\$ 6.305,41	R\$ 0,28
Total R\$/m²			R\$ 7,24	
Laboratórios				
Faxineiro	1	413	R\$ 5.217,06	R\$ 12,63
Encarregado*	0,03	413	R\$ 6.305,41	R\$ 0,51
Total R\$/m²			R\$ 13,14	
Almoxarifados/galpões				
Faxineiro	1	1.688	R\$ 5.217,06	R\$ 3,09
Encarregado*	0,03	1.688	R\$ 6.305,41	R\$ 0,12
Total R\$/m²			R\$ 3,21	
Oficinas				
Faxineiro	1	1.500	R\$ 5.217,06	R\$ 3,48
Encarregado*	0,03	1.500	R\$ 6.305,41	R\$ 0,14
Total R\$/m²			R\$ 3,62	
Com espaços livres – saguão/hall/salão				
Faxineiro	1	1.000	R\$ 5.217,06	R\$ 5,22
Encarregado*	0,03	1.000	R\$ 6.305,41	R\$ 0,21
Total R\$/m²			R\$ 5,43	
Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação**				
Agente de higienização	1	750	R\$ 6.484,64	R\$ 8,65
Encarregado*	0,03	750	R\$ 6.305,41	R\$ 0,28
Total R\$/m²			R\$ 8,93	

*Considerando 1 (um) encarregado para 30 (trinta) profissionais.

**Limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de forma permanente e efetiva.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.



2.2. Áreas Externas

Quadro 18: Valores referenciais de limpeza predial para áreas externas com coeficiente de participação

Item	Coeficiente de Participação (1/m²)		Valor Mensal (R\$/mês) (3)	Valor Total (R\$/m²) (4) = (1)/(2)x (3)
	Quantidade de Funcionários (1)	Produtividade (2)		
Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações				
Faxineiro	1	1.500	R\$ 5.217,06	R\$ 3,48
Encarregado*	0,03	1.500	R\$ 6.305,41	R\$ 0,14
Total R\$/m²			R\$ 3,62	
Varrição de passeios e arruamentos				
Varredor de áreas públicas privadas	1	7.500	R\$ 5.366,94	R\$ 0,72
Encarregado*	0,03	7.500	R\$ 6.305,41	R\$ 0,03
Total R\$/m²			R\$ 0,75	
Coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária				
Varredor de áreas públicas privadas	1	125.000	R\$ 5.366,94	R\$ 0,0429
Encarregado*	0,03	125.000	R\$ 6.305,41	R\$ 0,0017
Total R\$/m²			R\$ 0,0446	
Total R\$/há			R\$ 446,00	

*Considerando 1 (um) encarregado para 30 (trinta) profissionais.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.

Quadro 19: Valores referenciais de limpeza predial para áreas externas com frequências específicas, com coeficiente de participação

Item	Coeficiente de Participação (1/m²)		Frequência/Mês(h)		Valor Hora (R\$/mês) (4)	Valor Total (R\$/m²) (5)=(1)/(2)x(3)x (4)
	Quantidade de Funcionários (1)	Produtividade (2)	Periodicidade	Horas (3)		
Pátios e áreas verdes – alta frequência (1 vez/semana)						
Varredor de áreas públicas privadas	1	1.500	Semanal	34,80	R\$ 28,05	R\$ 0,65
Encarregado*	0,03	1.500	Semanal	34,80	R\$ 32,96	R\$ 0,03
Total R\$/m²					R\$ 0,68	
Pátios e áreas verdes – média frequência (1 vez/quezena)						
Varredor de áreas públicas privadas	1	1.500	Quinzenal	17,40	R\$ 28,05	R\$ 0,33
Encarregado*	0,03	1.500	Quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,01
Total R\$/m²					R\$ 0,34	
Pátios e áreas verdes – baixa frequência (1 vez/mês)						
Varredor de áreas públicas privadas	1	1.500	Mensal	8,70	R\$ 28,05	R\$ 0,16
Encarregado*	0,03	1.500	Mensal	8,70	R\$ 32,96	R\$ 0,01
Total R\$/m²					R\$ 0,17	

*Considerando 1 (um) encarregado para 30 (trinta) profissionais.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.



2.3. Vidros Externos

2.3.1. Vidros Externos (Sem Exposição a Situação de Risco)

Quadro 20: Valores referenciais de limpeza predial para vidros externos com coeficiente de participação

Item	Coeficiente de participação (1/m²)		Frequência/mês (h)		Valor hora (R\$/mês) (4)	Valor total (R\$/m²) (5) = (1)/(2) x (3)x(4)
	Quantidade de funcionários (1)	Produtividade (2)	Periodicidade	Horas (3)		
Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	275	trimestral	2,90	R\$ 29,01	R\$ 0,31
Encarregado de limpador de vidro – face externa*	0,03	275	trimestral	2,90	R\$ 32,96	R\$ 0,01
Total R\$/m²					R\$ 2,23	
Vidros externos – frequência semestral (sem exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	275	semestral	1,45	R\$ 29,01	R\$ 0,15
Encarregado de limpador de vidro – face externa*	0,03	275	semestral	1,45	R\$ 32,96	R\$ 0,01
Total R\$/m²					R\$ 2,07	

*Considerando 1 (um) encarregado para 30 (trinta) profissionais.

**Líder com periculosidade para até 4 (quatro) profissionais.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.



2.3.2. Vidros Externos (Com Exposição a Situação de Risco)

Quadro 21: Valores referenciais de limpeza predial para vidros externos com coeficiente de participação

Item	Coeficiente de participação (1/m²)		Frequência/mês (h)		Valor hora (R\$/mês) (4)	Valor total (R\$/m²) (5) = (1) / (2) x (3) x (4)
	Quantidade de funcionários (1)	Produtividade (2)	Periodicidade	Horas (3)		
Vidros externos – frequência trimestral (com exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	Quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	Quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	138	Trimestral	2,90	R\$ 35,19	R\$ 0,74
Líder de limpador de vidro – face externa**	0,25	138	Trimestral	2,90	R\$ 35,17	R\$ 0,18
Total R\$/m²					R\$ 2,83	
Vidros externos – frequência semestral (com exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	Quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	Quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	138	Semestral	1,45	R\$ 35,19	R\$ 0,37
Líder de limpador de vidro – face externa**	0,25	138	Semestral	1,45	R\$ 35,17	R\$ 0,09
Total R\$/m²					R\$ 2,37	

*Considerando 1 (um) encarregado para 30 (trinta) profissionais.

**Líder com periculosidade para até 4 (quatro) profissionais.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.



2.3.3. Composição dos Valores Unitários – Vidros Externos

Quadro 22: Composição dos valores unitários para vidros externos

Item	Coeficiente de Participação (1/m²)		Frequência/Mês (h)		Valor Hora (R\$/mês) (4)	Valor Total (R\$/m²) (5) = (1)/(2)x(3)x(4)
	Quantidade de Funcionários (1)	Produtividade (2)	Periodicidade	Horas (3)		
Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	Quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	Quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	275	Trimestral	2,90	R\$ 29,01	R\$ 0,31
Encarregado de limpador de vidro – face externa*	0,03	275	Trimestral	2,90	R\$ 32,96	R\$ 0,01
Total R\$/m²					R\$ 2,23	
Vidros externos – frequência semestral (sem exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	Quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	Quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	275	Semestral	1,45	R\$ 29,01	R\$ 0,15
Encarregado de limpador de vidro – face externa*	0,03	275	Semestral	1,45	R\$ 32,96	R\$ 0,01
Total R\$/m²					R\$ 2,07	
Vidros externos – frequência trimestral (com exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	Quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	Quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	138	Trimestral	2,90	R\$ 35,19	R\$ 0,74
Líder de limpador de vidro – face externa**	0,25	138	Trimestral	2,90	R\$ 35,17	R\$ 0,18
Total R\$/m²					R\$ 2,83	
Vidros externos – frequência semestral (com exposição à situação de risco)						
Limpador de vidro – face interna	1,00	275	Quinzenal	17,40	R\$ 29,01	R\$ 1,84
Encarregado de limpador de vidro – face interna*	0,03	275	Quinzenal	17,40	R\$ 32,96	R\$ 0,07
Limpador de vidro – face externa	1,00	138	Semestral	1,45	R\$ 35,19	R\$ 0,37
Líder de limpador de vidro – face externa**	0,25	138	Semestral	1,45	R\$ 35,17	R\$ 0,09
Total R\$/m²					R\$ 2,37	

*Considerando 1 (um) encarregado para 30 (trinta) profissionais.

**Líder com periculosidade para até 4 (quatro) profissionais.

Fonte: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Vol. 03 – Jan./2024.

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborado pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VII - ATESTADO MENSAL DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

1. QUADRO DE AVALIAÇÃO MENSAL

Indicador	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	NOTAs (0 A 100 PONTOS)
1	Pisos frios	
2	Almoxarifado /galpões	
3	Com espaços livres - Saguão / Hall / Salão	
4	Pisos Pavimentados, adjacentes/contíguos às edificações	
5	Varrição de Passeios e arruamentos.	
6	Pátios e Áreas Verdes de alta frequência	
7	Frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	
8	Frequência trimestral (com exposição à situação de risco)	

NOME DO AVALIADOR: _____ RG: _____

CARGO: _____

DATA: ____/____/____

ASSINATURA: _____